



Economia Verde 2020 - Desafios e Oportunidades para as Empresas

ECONOMIA VERDE 2020 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS EMPRESAS

Parceiro:



Patrocínios:



grace

AS PESSOAS E O AMBIENTE

CIDADANIA, VALORES E AÇÃO: RECEITAS PARA O FUTURO

Por Luísa Schmidt

Podemos pensar a Natureza sem o Homem, tal como o podemos fazer com o universo ou a energia. Mas pensar em Ambiente é algo que impõe sempre a consideração do Homem. É em função das pessoas que pensamos os recursos, que pensamos a paisagem e que pensamos a biodiversidade.

O ambiente tem sempre pessoas nele. Perto ou longe, para o bem ou para o mal. Dizemos 'pessoas' como modo de dizer 'sociedade'. E sociedade é sempre uma realidade diversa, complexa e mutável. É só quando a abordamos nessa sua diversidade, complexidade e mutabilidade que ela se revela e nos revela nela.

Na sociedade portuguesa a relação que as pessoas foram construindo com os seus contextos ambientais foi determinada, não só pela condição civilizacional onde nos situamos, como pela nossa história recente. Recuemos um pouco para situar o problema.

Nos finais dos anos 60, quando o Ocidente já se inquietava com as primeiras marés negras e o Clube de Roma manifestava preocupação com os sinais de crise do intenso processo de desenvolvimento industrial no mundo, Portugal permanecia uma espécie de "museu rural" na Europa com cerca de 40% da sua população ativa na agricultura

O país tinha condições económicas, sociais e ecológicas bem diferentes da maioria dos seus atuais parceiros europeus. Estava, em síntese, marcado pela predominância de um modelo de sociedade tenazmente rural, centrada em valores tradicionais; por um movimento de industrialização tardio e incipiente; mas também por um repentino processo de urbanização e suburbanização provocado pelo êxodo rural, com o correspondente

despovoamento do interior, agravado pela intensidade do fluxo emigratório para a Europa.

A adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla inglesa) em 1959, com a intenção de avançar para uma nova dinâmica económica, acabou por ficar aquém das expectativas. Mais do que o atraso, o problema do nosso tecido industrial era a sua fragilidade assente numa escala reduzida, com elevados custos geoestratégicos e consequente competitividade limitada. O arranque industrial que mesmo assim se verificou nos anos 60 saldava-se em termos ambientais pela instalação de grandes unidades poluentes em locais estratégicos como o litoral, ou os próprios estuários. Foi o caso emblemático das celulosas, dos estaleiros navais e do complexo de Sines, entre outros.

A década de 60 foi atravessada por outros dois fenómenos cruciais: a guerra colonial e o êxodo migratório de uma população que trocou os campos pelo trabalho na construção civil na zona de Lisboa e na Europa para lá dos Pirenéus. Durante muitos anos as remessas dos emigrantes tiveram um efeito algo enviesante no desenvolvimento português. Se contribuíam para o equilíbrio da balança de pagamentos, eram em parte investidas de um modo que induzia desordenamento: construção de casas em sistema disperso, aquisição de terras sem atividades produtivas, e até prédios para rendimento em bairros clandestinos nos arredores de Lisboa. Quanto ao espaço rural em abandono, começou a ser coberto por vastos eucaliptais.

No começo dos anos 70, quando surgiram as primeiras medidas administrativas de proteção ambiental, a sociedade rural portuguesa já estava profundamente desagregada e afetada pelas marcas simultâneas dos vários fatores referidos. Um quadro sem par à escala europeia que condicionou fortemente o perfil das políticas ambientais e respetiva recetividade pública.

O 25 de Abril não atualizou tudo de imediato, trazendo outras prioridades políticas e cívicas. E seria só nos anos 80 (e sobretudo depois da adesão à UE) que Portugal se instalaria em pleno na economia de mercado da Europa, dos seus valores de consumo e da globalização ambiental. O País abreviou em 10 anos o que a Europa ocidental mudara em 30.

E mudou depressa e muito. E mudou em quase tudo, sem se dar tempo a si próprio para consolidar ferramentas culturais que permitissem aos

cidadãos, e até aos decisores, novas leituras para uma sociedade que acabara de sair do modelo ruralista.

A nível social a mudança foi inegável, com alterações radicais sobretudo nos estilos de vida e de consumo com impactos evidentes no ambiente.

Desmunidos da ancestral cultura ruralista, e sem uma cultura moderna da natureza e da paisagem que ajudasse a novas leituras dos problemas ambientais, os portugueses ficaram simultaneamente confrontados com as afetações ambientais que os vitimam, mas de que são também agentes e ajudam a produzir.

É nesta fase, de aumento abrupto dos indicadores de consumo na viragem para os anos 90, que os problemas ambientais também cresceram exponencialmente.

Enquanto os portugueses estavam distraídos com as compensações do consumo e suas práticas recreativas, de que o carro e o centro comercial são o epitome, o balanço ambiental radicalizou-se – na poluição dos rios, na poluição do ar, na proliferação dos lixos e das lixeiras... nos processos imparáveis de litoralização e de metropolitanização que foram mudando a face do país. E as populações ressentiram-se disso. Quando comparamos os níveis de preocupação ambiental em 1992 (Gallup) e em 2000 (OBSERVA), verificamos uma clara perceção do agravamento dos problemas ambientais no país. Entre uma data e outra, verificamos também um aumento no nível dos conhecimentos sobre ambiente e uma maior vontade de participação.

Entretanto, na viragem para 2000, duas instituições desempenharam um papel crucial que mudaria, aliás, o panorama social e o modo como as pessoas – as diferentes pessoas –, se passaram a relacionar com o ambiente: os *media* e as escolas, coadjuvados pelas organizações não-governamentais de ambiente (ONGA).

Por um lado, os meios de comunicação social passaram a fazer uma cobertura sistemática sobre os problemas ambientais, integrando-os nas suas agendas com regularidade. Mesmo que a atual sombra obsessiva da crise económica os oblitere temporariamente, foi pelas crises ambientais – energia, alimentação e alterações climáticas – que a noção de crise global se instalou.

Por outro lado, a escola, as escolas, foram as grandes protagonistas institucionais dos meios de leitura ambiental, à medida que os currículos foram integrando progressivamente essas matérias, e que os projetos de educação ambiental passaram a fazer parte das atividades escolares, formando novas gerações muito mais atentas, conhecedoras e sensíveis às questões ambientais.

É isso que concluímos quando analisamos os inquéritos que o OBSERVA tem levado a cabo: as grandes variáveis diferenciadoras são a escolaridade e a idade. São elas que revelam mudanças de sensibilidade ambiental importante. Quanto mais novos e sobretudo mais escolarizados, maior a modernização do conhecimento e maior a exigência cívica em matéria ambiental.

A informação e a educação ambientais tornaram-se, assim, fatores decisivos de enorme importância. Sabe-se que o ambiente se tornou central na autoestima dos cidadãos e que veio reavivar brios de participação democrática; sabe-se que são os mais novos (entre 24 e 34 anos) e os mais escolarizados (ensino superior) que mais desejam intervir e tomar parte nas decisões que afetam o ambiente; são também eles que mais se empenham nas novas práticas e comportamentos sustentáveis – desde a separação de RSU até ao consumo de produtos biológicos.

Se, por um lado, a sociedade portuguesa apresenta um acentuado envelhecimento, isso não significa necessariamente menor elasticidade para a mudança. Pelo contrário, os grupos etários mais idosos, guardam ainda viva a memória de um quadro ambiental que, agora sem os tremendos custos sociais que tinha, se aproxima dos modelos neo-rurais contemporâneos. São também eles – atentos espectadores do nosso *media* hegemónico que é a televisão – que desempenham muitas vezes um papel estratégico na cadeia de transferência dos conteúdos mediáticos para a opinião pública.

Hoje – e provavelmente pela primeira vez na história do país – estão criadas populações genuinamente urbanas, ou seja, desligadas da memória e da experiência rural e totalmente integradas nos modos de vida urbanos e suburbanos. Sobretudo nos grupos etários juvenis, este afastamento físico e cultural dos espaços de natureza poderá acentuar o distanciamento a uma sensibilidade ambiental. Contudo, seja por uma cultura de recreio,

seja sobretudo por se tratar de uma população mais informada e escolarizada, apesar de genuinamente urbana, estes grupos juvenis estão muitas vezes atentos e sensibilizados para os valores ambientais de matriz rural. Talvez por isso se mobilizaram tanto para a campanha *Vamos Limpar Portugal*. Por outro lado, os consumos balneares abriram também uma frente de sensibilidade nestas populações jovens urbanas para as questões ambientais marinhas.

Acresce ainda que os novos *media*, que vêm compor um espectro mais alargado de fontes de informação, com destaque para a net, colocam muito destes jovens urbanos contemporâneos em alinhamento cultural com o que se passa com os seus pares noutros países, com antecedentes ambientalistas mais profundos e mais antigos.

Assim, apesar do país estar sociologicamente desequilibrado a nível etário e no balanço rural / urbano e, apesar da sociedade de consumo ter eclodido de forma abrupta, outras condições permitem algum otimismo quanto à existência e ao dinamismo ambiental de alguns segmentos da sociedade portuguesa. Quanto mais não seja como benefício compensatório da interrupção que a crise económica trouxe à euforia consumista. Para todos os efeitos, as novas gerações melhor apetrechadas culturalmente, mais autónomas na sua formação e confrontadas com as consequências negativas da condição ambiental portuguesa sobre a sua qualidade de vida, poderão protagonizar mudanças profundas. Entre estas, as que surgem das oportunidades abertas pela Economia Verde apoiada nas novas tecnologias e na incorporação intensiva de conhecimento.

Será, assim, nesses grupos sociais que reside a possibilidade de um futuro sustentável ligado a atividades produtivas diretas, como agricultura, pesca, turismo, biodiversidade e energia. Para Portugal, a Economia Verde pode ser de facto uma esperança.

Destaquemos apenas a agricultura e o turismo - dois sectores já hoje da maior importância e que se encontram na primeira linha de interpelação do projeto que esteve em discussão no Rio+20. No sector agrícola, se juntarmos as florestas e a pecuária, são ótimas as condições que o país tem na sua enorme diversidade para tirar proveito de medidas ambientalmente corretivas. Falamos não só da agricultura integrada e biológica (cujos con-

sumidores, mesmo em Portugal, não param de crescer), mas também de uma floresta variada e sã e de todas as tecnologias eficientes aplicadas à produção e ao agroalimentar. Falamos também no restauro das paisagens agrárias e naturais, capazes de reconciliar a sociedade portuguesa com o seu território e até de serem contabilizadas no serviço que prestam aos ecossistemas e aos usos públicos.

Um outro sector para o qual a ideia de uma Economia Verde será importante, é o turismo. Assim ele consiga sair das suas rotinas desgastadas e mostrar capacidade de inovação. O país tem nas mãos recursos para relançar o turismo numa Economia Verde: a conservação/recuperação dos recursos naturais como rios, mar, Áreas Protegidas, Paisagens Património, zonas costeiras que sobram... Tudo o que for possível não espatifar mais e recuperar ainda, transformar-se-á na galinha dos ovos de ouro. Sobre tudo, hoje, com a expansão do turismo de saúde, do termal, de natureza e bem-estar. Além do mais, turismo e agricultura intersectam-se, não só na sua experiência dos consumos alimentares, como na das paisagens e no turismo cultural.

Agricultura e turismo são só dois exemplos. Mas podemos ainda referir as prometidas oportunidades do mar, do avanço que levamos nas energias limpas, e no ainda possível - e sobretudo urgente - reequilíbrio e reabilitação urbana eficiente, incluindo transportes e ordenamento do território.

No fundo a Economia Verde reaproxima as duas palavras siamesas que a nossa história recente pôs em conflito: economia e ecologia; e relança o desafio ambiental não como lista de proibições, mas como apelo ao dinamismo construtivo. E bem precisamos de ação. Se deixarmos andar e nada fizermos para alterar a pressão sobre os recursos num contexto de tensões sociais agravadas, teremos a receita explosiva perfeita para novas e mais graves crises.

Este é um novo desafio que pertence ao futuro da nossa própria sociedade. A insustentabilidade da atual condição ambiental portuguesa é já claramente reconhecida, mas não generalizadamente assumida. A ciência, a escola e os *media* abriram já as vias sociologicamente reconhecíveis para que se opere uma mudança na relação das pessoas com o ambiente. As empresas que assumem os valores de responsabilidade social e, em

particular os ambientais, são cruciais neste processo de mudança que está já claramente inscrito na história contemporânea.